



# “PRECISAMOS DE OUTROS ALIADOS”

**“Se conseguíssemos reforçar [a representação parlamentar] seria muito melhor”, diz Mónica Freitas, garantindo que o projecto político do PAN “é hoje muito mais sustentável e muito mais sólido”.**

FOTOS HÉLDER SANTOS/ASPRESS

## Mónica Freitas, cabeça-de-lista do PAN

**ERICA FRANCO**  
efranco@dnnoticias.pt

Mónica Freitas volta a liderar a candidatura do PAN às eleições do próximo dia 23 de Março. A assistente social – que se estreou nas lides políticas em 2023 e voltou a garantir a representação no Parlamento regional, em Maio do último ano – traça as metas e as propostas do partido, num contexto político-social de “quebra de confiança nas instituições” e enfatiza a necessidade de manter (e até reforçar) a sua “visão de sustentabilidade, de futuro, de progresso e de inovação” na Assembleia.

Como é que o PAN parte para este desafio eleitoral, o terceiro em cerca de um ano e meio? Nós temos estado sempre preparados para os desafios (...). Obviamente que não partimos com a mesma energia de Setembro de 2023, mas continuamos confiantes que é possível semear a esperança e também acreditarmos que não podemos estar cansados da democracia. Não podemos estar cansados de continuar a lutar pelos nossos direitos e, independentemente, daquilo que sejam os resultados eleitorais, o

poder está na população. É ela que vai votar e que vai decidir aquilo que pretende para o futuro da Região.

Sentem que as pessoas estão cansadas de eleições? É verdade que existe algum cansaço no sentido de não se ver alternativas e de haver esta instabilidade política, que, como é óbvio, não causa segurança, nem transmite confiança à população. Aquilo que as pessoas esperam dos agentes políticos é que tenhamos a capacidade de dialogar, de trabalhar e de propor medidas que resolvam os seus problemas e que não andemos constantemente neste processo eleitoral (...). Mais do que estabilidade, é importante também haver confiança e credibilidade nas instituições para se fazer um trabalho efectivo (...). Nós estamos a votar em pessoas e é importante votarmos em pessoas que transmitam essa confiança e essa credibilidade.

Essa credibilidade e essa confiança foram quebradas? Eu acho que sim. Aquilo que nós sentimos é que os madeirenses estão cansados de ter sempre os mesmos agentes políticos a concorrer. Entre os maiores partidos temos praticamente as mesmas caras e os mesmos nomes há uma

**“COLIGAÇÕES NÃO. ACORDOS LOGO VEREMOS”, ASSUME CANDIDATA. FOCO É MANTER VOZ NA ALM**

data de anos, mesmo com processos judiciais a decorrer, mesmo com essa quebra de confiança que houve por parte da população. Se houve uma moção de censura que foi votada pela grande maioria dos partidos, que representam uma grande franja da população, é sinal que essa franja da população não tem confiança política em Miguel Albuquerque. Isto não pode ser ignorado pelo PSD, que continua a insistir em manter a mesma pessoa como cabeça-de-lista e até outras pessoas que estão constituídas arguidas e que estão em lugares elegíveis. Estamos a transmitir uma mensagem à população de que é normal ser constituído arguido, que é normal estar envolvido em processos de investigação.

Há uma certa impunidade? Exacto e, obviamente, isso não transmite cre-

dibilidade nem confiança política. Num cenário de eleições em que estas pessoas voltem a estar representadas na Assembleia e que tenham oportunidade de serem elas a constituir Governo, também é bom que as pessoas estejam cientes de que será muito difícil para as restantes forças políticas voltar a dar algum crédito ou confiança e conseguir trabalhar em conjunto. Esse é o impasse político em que nós estamos neste momento e os únicos responsáveis são quem acha que está acima da confiança política e da credibilidade das instituições. É verdade de errar toda a gente erra, mas não é um azar estar envolvido neste tipo de processos. Não são todos os agentes políticos que acabam por ser envolvidos nisto. É possível estar a insistir em manter a mesma pessoa como cabeça-de-lista e até outras pessoas que estão constituídas arguidas e que estão em lugares elegíveis. Estamos a transmitir uma mensagem à população de que é normal ser constituído arguido, que é normal estar envolvido em processos de investigação.

Acima de tudo, aquilo que nos interessa a nós é que consigamos sair deste impasse político e que, de al-

guma forma, os madeirenses e porto-santenses se envolvam mais activamente na vida política, que estejam mais atentos ao trabalho partidário que é feito, mesmo a nível dos plenários, que é onde efectivamente acontece a mudança da legislação, a apresentação das propostas, a própria discussão e a argumentação dos partidos para poderem defender aquilo que acreditam. A democracia é isso mesmo. Não é só irem depositar o seu voto no dia 23 de Março, mas acompanharem toda a legislatura.

O PAN é o partido dos animais e da natureza, mas também se tem assumido como um partido que tem defendido a igualdade de género, os direitos das mulheres e dos jovens. Sentem que a vossa identidade tem vindo a alterar-se? Aquilo que nós temos conseguido fazer é acrescentar mais aquela que era a identidade do PAN, a nível regional. O PAN é um partido de causas. É verdade que o nosso primeiro nome, quando constituímos o partido, em 2011, era efectivamente Partido dos Animais e, portanto, essa é a nossa base, mas a nossa causa é transversal à sociedade. Aliás, o nosso nome depois foi alte-

rado e aprovado pelo Tribunal Constitucional e passámos a ser Pessoas-Animais-Natureza, portanto não podemos descutar as pessoas (...). Em todas as propostas que apresentamos, acabamos por ter uma proposta que é transversal aos diferentes problemas. Ao trabalharmos os direitos dos animais, estamos a trabalhar os direitos das pessoas e vice-versa. A nível da Assembleia Legislativa, continuamos até a apresentar muito mais propostas de âmbito da causa animal do que propriamente da causa social e da causa ambiental. Não é por uma questão de prioridade, é por uma questão de irmos conciliando, através daquela que é a nossa agenda política, aquelas que consideramos as oportunidades e aquelas que consideramos as prioridades, mas estamos sempre atentos a ambas as causas.

É um sinal de que o PAN foi ganhando maturidade? Diria que partimos para esta eleição com muito mais experiência, muita mais bagagem, muito mais encaixe para lidar com muitas situações e muito mais preparados para os desafios, porque também foram vários os que fomos ultrapassando ao longo deste ano e meio. Somos uma equipa que conseguiu consolidar-se, que conseguiu crescer e ganhar forma. O nosso projecto político é hoje muito mais sustentável e muito mais sólido, porque também temos feito muito o trabalho de reunir com as ordens, com os sindicatos, de estarmos junto dos trabalhadores e dos agricultores. Também temos conseguido trazer pessoas de diferentes áreas para o partido (...) e temos um programa eleitoral que é um projecto efectivo para quatro anos, que incide sobre as três áreas [Pessoas-Animais-Natureza] e temos uma visão muito clara daquilo que queremos para a Madeira (...).

A vantagem de sermos um partido muito jovem é a capacidade de estarmos abertos às mudanças, de termos esta visão mais a longo prazo e de conseguirmos efectivamente criar medidas que sejam progressistas e que tragam realmente benefícios para a sociedade (...).

Portanto, a diferença que queremos continuar a marcar é nessas áreas essenciais, que muitas das vezes não são faladas nem discutidas.

Um assunto, esse sim muito falado e indirectamente relacionado com o turismo, prende-se com a vaga de imigração do Sudeste asiático. Como é que o PAN vê este tema? Nós consideramos, em primeiro lugar, que precisamos de estudos e dados concretos para podermos perceber efectivamente qual é a realidade. Uma coisa é nós termos na rua que começa a haver esse aumento e considerarmos que há um problema e, depois, os dados mostraram-nos que afinal não é algo que esteja a trazer mais prejuízos do que benefícios. Já temos várias vagas de [imigrantes] ao longo dos anos (...). Houve uma altura em que tivemos um regresso de muitas pessoas da Venezuela e também havia muitos mitos e preconceito para com esta população, que vinha “roubar os nossos trabalhos”. Na verdade, foram altamente importantes na questão da natalidade. Agora, há efectivamente uma falta de mão-de-obra e a resposta que temos conseguido na construção e na hotelaria é essa população, que vem para ocupar e para colmatar essa lacuna (...).

O problema está efectivamente nas condições de trabalho que se dá à



**AQUILO QUE AS PESSOAS ESPERAM DOS AGENTES POLÍTICOS É QUE TENHAMOS A CAPACIDADE DE DIALOGAR, DE TRABALHAR E DE PROPOR MEDIDAS QUE RESOLVAM OS SEUS PROBLEMAS**



população. Esse é o foco do PAN: garantir que existem melhores condições do trabalho, que existe igualdade de acesso e de oportunidades e que não seja uma questão de mandarmos vir mão-de-obra mais barata, porque não precisamos dar condições de vida a essas pessoas e os madeirenses acabam também por ficar prejudicados (...). Isso ajuda a que partidos extremistas depois possam usar esse discurso para manipular dados e para criar divisões entre a sociedade (...).

O sector da saúde também tem sido alvo de polémica. Quais são as propostas do PAN para essa área? Não podemos esquecer que temos condicionantes face ao continente por sermos uma ilha, mas há aqui, de facto, uma falta de planeamento e de

abertos e disponíveis foi para negociar um Programa de Governo e um Orçamento para, mais uma vez, conseguirmos levar avante as nossas medidas. O PAN tem marcado pela diferença neste sentido e queremos continuar a fazê-lo. Temos de respeitar a democracia e os resultados eleitorais e temos de trabalhar com quem a população escolheu para estar ali representado (...). Tendo só uma deputada, não é com um voto que eu consigo fazer com que as propostas do PAN sejam aprovadas.

Precisamos de outros aliados, de outras forças políticas que tenham a mesma visão que nós.

Que análise é que faz dos outros partidos da oposição? Há também um descontentamento da população e uma falta de confiança e de credibilidade por parte do líder do maior partido da oposição (...) que faz com que as pessoas acabem por se conformar e continuar a apostar naquilo que já conhecem. Isso é que cria os impasses políticos, dos quais torna-se difícil para as outras forças políticas fugir, mas não é por ai que vamos deixar de trabalhar e (a sermos eleitos) de levar avante as nossas medidas.

**O PAN pondera possíveis coligações?** Não é algo que nós consideremos que faça sentido para o PAN. Nós temos os nossos objectivos muito próprios, os nossos princípios e os nossos valores. Aquilo que nós queremos é que as nossas medidas possam avançar e que esta visão holística – de juntar em todas as propostas sociais, a causa animal e ambiental – seja implementada. É essa a diferença que nós fazemos na Assembleia Legislativa Regional. [Portanto], coligações não. Acordos, logo veremos o que sair dos resultados eleitorais. Conseguimos perceber, em Maio de 2024, que não é preciso um acordo de incidência parlamentar para podermos negociar, para nos sentarmos e trabalhar Programas de Governo e Orçamentos. Haja pessoas com essa maturidade e com essa capacidade de diálogo com as diferentes forças políticas. A oposição (neste caso o PSD e o JPP, que se têm apresentado como alternativa de Governo) tem de ter esta capacidade de dialogar, de respeitar as outras forças políticas e também de querer incluir ideias (...). É óbvio que há partidos com os quais nós temos medidas, propostas e visões mais próximas e que se tornam mais fáceis de trabalhar, mas também achamos que é importante trabalhar com quem não tem essas visões e tentar, de alguma forma, arranjar condições e equilíbrios.

Quando se fala também das listas de espera, não é só pega nas pessoas e começar a fazer as cirurgias, é preciso depois garantir que também há todo o acompanhamento e monitorização, que há profissionais de reabilitação que estão aptos para depois dar resposta. Senão isto é uma bola de neve e, na verdade, não estamos a resolver o problema.

Voltando à questão política, o PAN assumiu que está aberto a acordos de incidência parlamentar. Isso inclui o PSD?

Com Miguel Albuquerque te-

mos tido sempre esta resistência em voltar a fazer acordos. Uma coisa era

a situação em Setembro de 2023, em

que demos essa oportunidade para

podermos fazer valer as nossas me-

didas. Foi sempre esse o nosso ob-

jectivo. Em Maio [de 2024] já não fi-

zemos qualquer tipo de acordo com

Miguel Albuquerque, nem com o

PSD. Aquilo a que nós estimavos

abertos e disponíveis foi para nego-

ciar um Programa de Governo e um

Orçamento para, mais uma vez,

conseguirmos levar avante as nossas

medidas. O PAN tem marcado pela

diferença neste sentido e queremos

continuar a fazê-lo. Temos de respe-

itar a democracia e os resultados

eleitorais e temos de trabalhar com

quem a população escolheu para es-

tar ali representado (...). Tendo só

uma deputada, não é com um voto

que eu consigo fazer com que as

propostas do PAN sejam aprovadas.

Precisamos de outros aliados, de ou-

tras forças políticas que tenham a mesma visão que nós.

Que análise é que faz dos outros parti-